

EDITORIAL

NATAL

Falar do Natal é sempre difícil. Paradoxal, diria eu.

Quer se creia quer não, o nascimento do/dum Deus-Menino passou a balizar a contagem do tempo – *anno Domini* (a.D.) – a ser marco universal da História – *antes e depois* de Cristo (a.C. e d.C.). E, quer se queira quer não, globalizada a festa deste advento, mercadeja-se um regozijo de circunstância, vive-se de luzes e outros brilhos, e a alegria parece multiplicar-se como que reflectida num jogo de espelhos paralelos. Há o calor das tradições sobreviventes, uma ou outra amizade ressuscitada, reencontros felizes, benevolências e reconciliações. PAZ NA TERRA ...

Mas porque todos os espelhos têm o seu lado baço, esta é só metade da legenda e é nestes dias de FESTAS, que se querem FELIZES, que dói mais a dor do mundo.

É o tempo de todos os balanços e os negativos vêm à tona com especial crueza e acutilância e há uma culpa difusa que nos magoa por dentro e nos embacia o júbilo. São os desastres da Mãe-Terra, as fomes, as pragas e a doença, as injustiças e as humilhações, a exclusão, as solidões – tanto as nossas próximas como as longínquas – que nos assolam a consciência e nos travam o coração.

É o tempo da Caridade induzida (antes esta que nenhuma ...) por esta Pobreza polimórfica cuja fome jamais se mitigará porque é o avesso perene de toda a Abundância e o alerta, incessante e vivo, para toda a humana falência.

E por isso se acordam os HOMENS DE BOA VONTADE, se chamam universalmente os pastores/curadores dos bens do mundo, nos interpelam a nós, nas nossas posses e poderes, no nosso afecto, para que se acorra aos multiplicados presépios do infortúnio e da exclusão, com as nossas dádivas – não apenas de socorro mas também de irmandade e esperança.

Algo que, à nossa escala comum, se assemelhará à imagem que o poeta Ruy Belo traçou de “Um Rosto no Natal”:

(...) *Eu caminhava e como que dizia
àquele homem de guerra oculta pela calma:
se caís pela justiça alguém pela justiça
há-de erguer-se no sítio exacto onde caíste
e há-de levar mais longe o incontido lume
visível nesse teu olhar molhado e triste.
Não temas nem sequer o não poder falar
porque fala por ti o teu olhar.
Olhei mais uma vez aquele rosto. Era Natal
é certo que o silêncio entristecia
mas não fazia mal, pensei, pois me bastara olhar
tal rosto para ver que alguém nascia.*

Nascer é ter Futuro e futuro é ter Esperança. Esperança fide-digna. A cada Natal renovada a iluminar um tempo novo.

Maria Lúcia Garcia Marques

IGREJA E ESTADO

Portugal – 2008

Marcelo Rebelo de Sousa

Há longos anos devedor de umas palavras neste qualificado *forum*, confesso que não ousei resistir ao convite autorizado e amigo de António Barbosa de Melo para falar, brevemente, da sempre actual temática das relações entre a Igreja e o Estado em Portugal. Tema que me foi indicado e a que aditei, para acentuar a importância da reflexão, o ano de 2008.

Quem olhar para a multissecular História Portuguesa reconhecerá, sem favor, o papel matricial do Cristianismo na génese e na afirmação do Estado-Nação que somos, assim como na expansão imperial, nos seus ciclos inicial, oriental, brasileiro e africano, ao longo de toda a monarquia lusitana.

É certo que com peripécias na consolidação do poder real, nas épocas de questionamento da independência ou no crescendo do absolutismo, tudo isto do Século XII ao Século XVII. Mas, manda a verdade que se diga que ainda quando instituições e métodos de outras épocas geraram então controvérsia ou suscitam hoje manifesta reprovação, como, por exemplo, os inquisitoriais – a regra geral foi a do entrosamento entre Estado e Igreja, com reflexos em todos os domínios da sociedade portuguesa.

Esta realidade mudou no Iluminismo Pombalino. Por sob a mesma forma de confessionalismo monárquico ou monarquia confessional, a primeira vaga racionalista veio alterar facetas sensíveis do *status quo* substancial. A ao menos teórica legitimação de direito divino dos monarcas absolutos foi substituída pela legitimação racional do despotismo esclarecido. A irmandade maçónica criou solidariedades transversais, que iam da burguesia em ascenso a alguma aristocracia, antes de chegar ao clero. O histórico anticlericalismo atingia instituições ou *munus*. Sendo a Companhia de Jesus e a Universidade de Évora exemplos mais notórios.

Nem mesmo o assomo piedoso, embora já revivalista, de D. Maria I conseguiria travar a nova realidade. Ainda não existia uma questão entre Estado e Igreja, mas já começava a existir uma questão entre Igreja e sociedade mais urbana, mais intelectualizada, mais politizada, mais ligada ao comércio e ao cosmopolitismo europeu.

A meu ver, veio daí, da segunda metade do Século XVIII e galope para o Século XIX, em pequeno, aquilo que, em grande,

marcaria os reflexos da Revolução Francesa e de outras várias outras rupturas liberais, estas já de oitocentos: uma Igreja Católica – então, obviamente, mais clero do que leigos – ligada ao Portugal rural, ainda numericamente esmagador, e progressivamente alheada dos centros citadinos, e dos sectores mais abertos ao exterior e mais portadores de mudança económica e social.

A questão entre Estado e Igreja começava, assim, por ser uma mini-questão entre alguma muito circunscrita sociedade e a Igreja.

Ao cortar drasticamente muitos liames ao passado, o Século XIX acentuou, iniludivelmente, esta tendência.

A saída da capital do Império para o Brasil. O vazio de poder na Metrópole. As ocupações francesa e inglesa.

A difusão da segunda vaga racionalista, individualista e liberal. O desespero da burguesia confrontada com o fim do Pacto Colonial e o termo de um período de acumulação económica e aparente afirmação social, embora sem peso político. A independência do Brasil. A muito posterior viragem – cheia de angústias – para África. A guerra civil, primeiro dissimulada, depois ostensiva, entre absolutistas e liberais. A vitória destes e do urbano sobre o rural. A tutela britânica no rotativismo. O artificialismo deste e a pulverização partidária. As mudanças aceleradas na cultura – do primeiro para o segundo romantismo, deste para o realismo. A sociedade portuguesa sofreu, ao longo daquele século, abalos como não experimentara – tantos e tão evidentes – desde o Século XIV, porventura bem superiores aos dos 60 anos de domínio filipino e do termo do Oriente imperial. E como não experimentaria senão com o fim do Império, nos idos de 70 do Século XX.

Na aparência das coisas, o Estado monárquico continuava confessional e a Igreja Católica mantinha o ascendente histórico-institucional.

Na realidade efectiva, sucediam-se os exemplos de contestação – e, aqui e ali, mesmo de expulsão de congregações, e, sobretudo, de clivagem social entre o Portugal rural inquestionavelmente católico e o Portugal urbano, com sectores activos mitigadamente alheios aos princípios ou ao enquadramento da Igreja. Por sinal, muitos deles os sectores liderantes na cultura, na economia, nalguma política e, em especial, na comunicação social – esse fenómeno novo de massas que despontava, através de uma imprensa que não cessaria de crescer a partir dos anos 60 e 70 do Século XIX.

Continuava a não haver uma questão Estado-Igreja, mas tornava-se ainda mais evidente uma questão entre uma parte da sociedade – limitada que parecesse – e a Igreja. Que, a não muito longo prazo, se projectaria na actuação do Estado.

Acresce que, com não muito numerosas excepções como a do ora evocado, embora a títulos diversos, Bispo de Viseu, Igreja e direita, em particular monárquica, surgiam associados aos olhos de observadores normais. E que republicanos nascentes e outros sectores mais à esquerda (e até nalgumas áreas monárquicas) se alinhavam em posições distanciadas da Igreja. Tudo sem esquecer a primazia do Grande Oriente Lusitano – isto é da maçonaria de liames franceses – sobre outras áreas maçónicas, num tempo em que a penetração destas já atingia inúmeros sectores monárquicos (e clericais), apesar de, a nível universal, ser conhecida a antinomia entre magistério papal e orientação do ideário *maçon*.

Se chamo à colação todos estes dados é porque eles explicam muito – não tudo – do que sucederia a partir de 1910.

Muitas vezes, em estrito cumprimento dos seus princípios – e aí fazendo o que devia fazer –, mas outras vezes sem entender o que estava a mudar na sociedade e perdendo contacto – pelos fiéis, hoje diríamos leigos – com essa mudança, a Igreja viu-se confrontada com uma situação que representava uma ruptura relativamente à verdade jurídicoformal e à sua predisposição para enfrentar a correspondente realidade.

Ademais, o novo sopro da doutrina social da Igreja, da “*Rerum Novarum*”, achava, num momento primeiro, entre nós, pouco eco, atendendo à própria estrutura produtiva, longe da Revolução Verde e da Revolução Industrial da Europa mais desenvolvida.

A Primeira República – com toda a fogosidade das rupturas comportamentais que encobrem continuidades económicas e sociais só mais tarde sublinhadas e também com a adesivagem acomodatória de uma parte dos monárquicos já predispostos a tais rupturas – escolheu a Igreja Católica para afirmar a sua autoridade e o primado do Portugal urbano que a fizera sobre o rural que a poderia rejeitar se não se tivesse habituado à inércia e ao passado. E não tivesse perdido contacto com os novos instrumentos de poder político e social.

Fraca para encarar e resolver os problemas económico-sociais e políticos emergentes, a Primeira República optou por se mostrar forte perante esse invocado inimigo unificador de hostes em muito do mais querelantes. Um inimigo enfraquecido pela lenta mas manifesta dessubstancialização do final da monarquia.

E como sucede sempre na construção de bodes expiatórios largamente artificiais mas que se quer apresentar como exemplares, o radicalismo prevaleceu sobre o distanciamento sensato.

Ao confessionalismo formal do passado sucedeu a perseguição religiosa.

Para além do fim do regime concordatário e da legislação sobre divórcio, família, educação, prestações sociais, ocorreram a interdição ou a limitação de culto, o combate institucional e até um seródio repescar de um ideário de religião laicista, a evocar, à portuguesa, isto é esbatidamente, proclamações gaulesas com mais de um século de breve e mal sucedida experimentação

Tudo tão artificial e tão radical que o Sidonismo teria de começar a renegar e a fase final da Primeira República não saberia bem como acomodar.

Mas, por estranho que pareça, esses artificialismo e radicalismo foram – vistos retrospectivamente – um, além de dramático, inadiável e salutar sinal de alarme.

Não por aquilo que fizeram sofrer naquele tempo. Tantos e tantos. A sua memória sofrida merece o nosso respeito solidário.

Mas porque, na breve duração de quinze anos, o choque acordou uma Igreja em muitos casos adormecida para a realidade do novo século.

Tivesse a mudança sido mais comedida e talvez a percepção dessa nova realidade fosse, também ela, mais limitada, em particular no que importava: olhar para a sociedade, os seus apelos e a vivência da Fé cristã perante esses apelos, mais ou menos instantes.

Sucedeu ainda que gerações já formadas nos ensinamentos papais do final de oitocentos chegavam à vida comunitária e sentiam ser crescente a responsabilidade dos leigos. *Inter alia*, o Centro Católico Português queria dizer que os leigos surgiam, assumindo-se como tais, por uma primeira vez, a nível parlamentar, a afirmar protagonismo no espaço público.

Do Estado Novo, tanto e tão bem estudado da óptica que nos interessa – e, nomeadamente, por quem aqui acompanha estas palavras –, se dirá que arranca sob o signo da reaproximação entre Estado e Igreja, o envolvimento político de vários dos protagonistas de organizações católicas, a expectativa de que um corporativismo de associação de matriz cristã comandasse ou ao menos temperasse os tropismos estatistas que se tomavam moda numa Europa de crise dos liberalismos parlamentares e de subida dos sociais-autoritarismos, que depressa mostrariam uma intolerável face transpersonalista. Se o advento constitucional de 1933 e a Concordata de 1940 permitiam à Igreja recuperar espaço institucional, patrimonial e mesmo educativo – assistencial – formativo, os condicionalismos da Guerra, o desejo de enquadramento do regime – com organizações juvenis, laborais e patronais unitárias e corporativismo de Estado –, a sua monocefalia crescente e a dificuldade em se reajustar no pós-Guerra – tudo isso tomou claro, na viragem para os anos 50, uma situação paradoxal.

Jurídica, financeira e formalmente, a Igreja fora enorme beneficiária do Estado Novo. Como o fora, apesar de contratempos de percurso, ao recuperar um espaço de afirmação social – novo e importante no Portugal urbano invejável se comparado com as agruras dos anos 10 e 20.

Em contrapartida, ajudara à legitimação do Estado e do regime, de forma visível e essencial à sua estabilidade e perpetuação.

Agora, na década de 50, além de sentir uma permanente tensão nas áreas educativa e social, designadamente laboral e assistencial, começava a pagar o preço daquela legitimação política e do distanciamento reiterado do País não afecto ao regime, realidade que cobriria camadas crescentes entre 1950 e 1958.

Uma vez mais, e por força de tendência antiga junta a alinhamentos recentes, o laicado mais interveniente identificara-se, ele próprio, com a direita e o Estado Novo. Aliás, em consonância com a generalidade da Hierarquia.

Ora, Portugal estava a mudar, de novo. Ao Portugal rural urbanizado – ou seja, concebendo a urbe à imagem e semelhança de uma federação de rurais –, que mandara de 26 a 50, vai sucedendo um outro Portugal, urbano mas desligado do rural, aberto à Europa, redescobrimo a necessidade de fazer avançar África, questionando estruturas económicas, sociais e políticas tidas por absolutas.

O ano de 1958 assinala, exemplarmente, essa viragem que o regime não conseguira antecipar, mau grado os retoques do começo e de meados da década.

A Igreja Católica é apanhada, novamente, em contrapé. E se as eleições de 1958 lhe revelam, em toda a sua crueza, a ruptura das classes médias com o regime, uma ruptura ainda evolutiva, e reformista, o ano de 1959 conjuga esses dois factos sintomáticos: em Maio, a associação do Chefe do Governo à inauguração do monumento a Cristo-Rei, depois de, em Abril, a proibição do regresso a Portugal do Bispo do Porto. O primeiro, um testemunho conjunto de gratidão pelo passado recente de paz durante a Guerra. O segundo, um sério sinal de aviso para o futuro.

Como salvaguardar tudo o conquistado e, ao mesmo tempo, enfrentar os novos tempos – mesmo novos após o passamento de Pio XII e o início do pontificado de João XXIII – era dilema complexíssimo. Vivido, no mais elevado grau, por protagonistas, então situados no limiar dos 70 anos de idade. Na Igreja como no Estado. Isto é, já tarde para estradas de Damasco institucionais.

Os anos 60 seriam, pois, um tempo muito difícil para a Igreja Católica em Portugal.

Pelo apodrecimento do regime, pelas guerras em África, pela emigração, pelas migrações internas para o litoral, pelo crescimento do Portugal urbano e metropolitano, pela crise irreversível no Portugal rural, pela abertura acelerada da sociedade ao exterior, pelos acentos marxistas, pelo afastamento progressivo da cultura e da juventude, e, no que lhe tocava, pela exaustão da Acção Católica, pela assimetria nas vocações, pela anciania de estruturas e pessoas, pela dificuldade de compatibilizar os anseios de algum clero e sobretudo de um laicado saído dos movimentos cristãos, claramente contestatário da guerra, do autoritarismo e até do *status quo* sócio-económico, com o temor de outros sectores do clero e de leigos de que rupturas imponderáveis abrissem curso a processos radicais incontroláveis.

Tudo isto em clima conciliar, antipódico de uma situação política concebida à luz de princípios e de métodos avessos à sua aceitação.

Se me alonguei – e do facto me penitencio – neste excuro histórico foi porque sem ele não seria possível entender a actualidade.

São longínquas algumas das suas causas explicativas: racionalismo iluminista, ideais maçónicos, dificuldade inicial de conversão da Igreja do Portugal rural na do Portugal urbano, lentidão na percepção da mudança social, identificação antiga com a direita, complexidade no distanciamento de um regime após décadas de interrelação tanto mais benvinda quanto imediatamente posterior a um período de ostracização e perseguição, uma década essencial de atraso – a dos anos 60 – na adaptação àquilo que viria a estar na base do Portugal dos nossos dias.

Um Portugal pós-Império, em Democracia, integrado na Europa e com uma economia social de mercado.

Quatro mudanças de fundo e praticamente simultâneas, vividas em três curtos ciclos. 1974-82 – descolonização e democratização. 1985-1995 – integração europeia. 1995-2005 – lento e atribulado caminho para a economia social de mercado.

A somar-se-lhes, lembrarei, ainda, nomeadamente, imigrações de vária natureza – de africanos lusófonos e não lusófonos, brasileiros, centro e leste europeu, migrações a desertificarem o interior profundo e a densificarem um cordão litoral de áreas metropolitanas, desenraizamentos decorrentes, célere e drástica conversão da família ampla em família nuclear e nalguns casos monoparental e, mais recentemente, alheia ao casamento canónico e mesmo civil, papel laboral generalizado da mulher e sua preponderância demográfica, envelhecimento acentuado da população e problemas da terceira idade desenquadrada, velhas e novas formas de pobreza e de marginalização.

Enquanto isto a secularização vinda de trás rompe com tradições e comportamentos ancestrais e marca decisivamente a clivagem entre os nascidos antes de 70 e os nascidos depois. E a natural laicização do Estado encaminha uma revisão substancial do regime concordatário pré-existente.

São muitas alterações da realidade conhecida até à década de 70, que se manifestam mais evidentemente a partir de final da de 80. Isto é há um quarto de século.

Será possível afirmar que elas criaram ou criam uma verdadeira questão religiosa entre Estado e Igreja Católica?

Se com tal interrogação quisermos indagar se existiu ou existe uma crise institucional grave assumida, ou seja pretendida, no relacionamento entre Estado e Igreja similar à que outras sociedades conheceram ou a nossa sociedade conheceu na I.ª República e mesmo em fases ou momentos da monarquia, a resposta terá de ser negativa

Nem os militares responsáveis pelo golpe de Estado convertido em Revolução, nem os responsáveis partidários, incluindo os mais radicais no processo revolucionário, quiseram repetir o erro da I.ª República. Mesmo quando toleraram ou usaram expedientes conjunturais contra sectores religiosos mais alinhados com os seus adversários.

Do mesmo modo, os sucessivos Governos constitucionais evitaram sempre condutas intencionais contra a Igreja-instituição ou mesmo o clero.

Só que, apesar desta postura de princípio, que culminou, é certo que com um Governo de centro-direita, na Concordata, dois tipos de condutas, não destinadas a provocar uma questão religiosa, representaram e representam, objectivamente, um problema sério colocado à Igreja por actuação de órgãos do poder político.

Primeira – a concepção e execução de políticas de educação – do pré-escolar ao básico, ao secundário e até ao superior -, e, em menor grau, de saúde e segurança social, reforçando os sistemas públicos, à custa da presença de escolas de inspiração católica e de IPSS-Instituições Privadas de Solidariedade Social da responsabilidade de instituições com a mesma inspiração, as primeiras essenciais à liberdade de ensino, as segundas cruciais para o próprio Estado. E, isto, com responsabilidades repartidas dos dois principais partidos portugueses.

Segunda – e mais grave – a introdução, sobretudo pela esquerda, de temas fracturantes na sociedade portuguesa, com apoio maioritário parlamentar, e iniciativa, ou estímulo, governamental, atingindo já não instituições da Igreja ou com ela relacionáveis, mas a essência de princípios da doutrina que lhe cumpre propor e defender. Do aborto à investigação no embrião, do casamento ao divórcio e, em geral, à família.

Se, no primeiro plano, a Igreja se defronta com desafios institucionais de peso – a juntar ao reajustamento que quis, e bem, assumir, mas com preço alto em matéria tributária -, no segundo, ela – povo de Deus, na consabida evocação conciliar – não pode deixar de terçar armas pelos seus princípios, por mais subtis e imaginativos que sejam os métodos utilizados nessa pugna

Ou seja, o ingrato da situação vivida é que não é possível, nem desejável, da parte dos católicos, e, portanto, da Igreja, evocar uma questão religiosa contra o Estado, que entende nada estar a fazer que com aquela se confronte. E o pior que poderia suceder seria mesmo partir de nós a iniciativa de uma questão religiosa.

Mas, em simultâneo, não é possível deixar de rebater as políticas estatistas com reflexos muito negativos em instituições sociais e educativas de inspiração católica. E menos ainda silenciar sempre que, por razões doutrinárias ou de puro conjunturalismo compensatório, o poder político questione – e está a fazê-lo a ritmo impressionante nos últimos anos – princípios éticos para nós essenciais.

Como travar essa dupla ofensiva sem criar uma suicida questão religiosa?

Por um lado, deixando à Hierarquia a negociação da primeira ordem de problemas, no quadro da aplicação – expressão mais

feliz do que a da regulamentação, perigosamente redutora – da Concordata.

Por outro lado, e por aqui chego à minha ideia-chave, cometendo aos leigos e suas organizações a função básica de informação, elucidação, esclarecimento no espaço público. Com firmeza de princípios, mas sensibilidade à diversa realidade social.

Explicando como é errado para a sociedade em geral e, desse modo, para o Estado, estrangular a liberdade de ensino, alienar ou desafectar contributos sociais institucionais, impor leis que enfraqueçam o tecido comunitário, aumentem a sua instabilidade, dificultem a socialização e a inclusão, a começar na família, agravem fracturas, questionem a coesão social.

Isto é, o essencial do combate das ideias e dos factos deve pertencer aos leigos, assim poupando o clero, e especialmente a Hierarquia, e não deve colocar-se no plano da relação Igreja-Estado, mas nesse outro, prévio e condicionante, que é Igreja-sociedade.

Porque é nele que estamos a perder todos os dias. E porque, perdendo nele, necessariamente perderemos, no das relações Estado-Igreja, uma vez que o Estado irá reflectindo e potenciando os reveses no tecido social.

De um combate cultural se trata.

A meu ver muito atento a algumas pistas reflexivas.

Primeira – Portugal é hoje decomponível em dois, já não Portugal urbano-Portugal rural, mas Grande Lisboa e

tudo o resto (entre si mais afins do que qualquer das partes quanto à Grande Lisboa). O combate difícil, mas determinante, é o travado na Grande Lisboa, sede do poder político, económico, social, comunicacional.

Segunda – esse combate deve atravessar toda a sociedade, mas tem de privilegiar certas áreas, ou mais sensíveis – os mais carenciados, explorados, dependentes, antigos e novos -, ou mais efectivas em termos de futuro juventude e comunicação social (aliás precisamente daquelas em que os reveses doutrinários estão a ser, globalmente, mais rápidos e preocupantes).

Terceira – o combate faz-se no pluralismo de vivência da Fé que ela própria comporta, na vida social, económica, cultural e cívica. Muito bem, nunca tivemos entre nós um partido. uma associação cívica, uma central sindical ou patronal com o monopólio da inspiração cristã. Devemos ter o cuidado de resistir a tal tentação, ostensiva ou dissimulada. Mas precisamos, também, de ultrapassar esse pecado já velho da identificação do universo católico com a direita, agora que uma esquerda com a mesma inspiração – presente nas contestações de 60 e 70 e até nos primórdios democráticos – se apagou ou deixou de afirmar. Por outras palavras, preocupa-me ver, louváveis que sejam, reduzidas a personalidades, organizações ou movimentos conservadores. as mais notórias, frequentes, constantes intervenções de defesa de valores ou instituições de inspiração cristã

Mais ainda: respeitando embora posições liberais-cristãs ora em voga em múltiplos sectores, sinto escassearem às vezes, os depoimentos, as tomadas de posição em temas sociais em que a nossa doutrina é diariamente questionada, da valorização do trabalho à justiça na distribuição dos rendimentos, da imigração à emigração, do primado absoluto do mercado à globalização não personalista.

O reducionismo consequente – em ideários e protagonistas – alarga modismos culturais com influência em políticas e legislações com crescente base de sustentação.

Quarta – o combate pelos valores não pode, além disso, ser feito de palavras sem actos, sem testemunhos. E estes, riquíssimos, que vão do voluntariado às estruturas sociais mais relevantes, têm de se multiplicar, e, nos inúmeros casos em que já existem, de ser conhecidos e reconhecidos como serviço comunitário que são, argumentos fundamentais que constituem para desfazer mitos, esconjurar complexos, relembrar a essência da mensagem evangélica no seu contributo para o bem comum.

Quinta – o combate cultural em causa supõe como ponto de partida a reivindicação de algo que é básico em Estado de Direito Democrático com liberdade religiosa: a afirmação de que essa liberdade não se limita ao culto ou aos lugares de culto. Antes legítima, no natural pluralismo da vivência da Fé, o pronunciamento no espaço público sobre temáticas sociais, económicas, culturais e políticas. Para nós, o ser cristão não é nem pode ser separado do ser integral, antes o funda. Não podemos aceitar esse laicismo patológico que nos proíbe – a nós e a todos os crentes de outras crenças -, enquanto crentes, de pugnar na praça pública pelos nossos princípios. Corresponderia ao contrasenso de se querer vedar em democracia o que, em ditadura, ficou lapidadamente expresso nos versos de Sophia: “Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar”. É preciso recordá-lo, sem cessar, não tanto aos herdeiros dos marxismos eufóricos de ontem, mas sobretudo aos legatários do racionalismo iluminista, com ou sem intolerâncias não superadas, e que entendem, amiúde, que Estado laico não se limita a ser não confessional, deve impor uma espécie de confessionalismo da *res publica* que exclua do espaço público tudo o que não seja cidadania *stricto sensu*, designadamente as opções religiosas.

Em suma, neste ano de 2008, não existe uma questão religiosa entre o Estado e a Igreja ou a Igreja e o Estado, fruto da intenção deliberada de um ou de outra. E ainda bem que assim é, pensando no interesse nacional e, não menos, no da comunidade católica que integramos.

Mas existe uma questão cultural religiosa em crescendo na sociedade portuguesa, com incidência no Estado. Questão essa que não é só responsabilidade alheia. É muito responsabilidade nossa. Ou porque nos

habitúamos, leigos, à inércia da umbrela concordatária de outros tempos, mesmo quando alguns a criticávamos na excessiva identificação Igreja-regime. Ou porque nos afastámos de problemas da sociedade portuguesa. Ou porque interiorizámos que os devíamos equacionar à margem da nossa Fé, ao menos publicamente. Ou porque nos encostámos à Hierarquia ou ao clero. Ou porque nos deixámos guetizar num quadrante do espectro político ou cívico.

Ou porque o comodismo, o egoísmo, a competição, a sobrevivência, a crise nos fez passar para segundo plano, à semana, o que asseverávamos seriamente ser o essencial na celebração comunitária dominical.

Ou porque a radicalidade cristã é tão exigente de testemunho que o mais fácil é ficarmos pelo meio-compromisso, fiados na infinita misericórdia divina relativamente ao que fica a minguar.

Mas cristão é, por definição, optimista.

Razão essa decisiva para encararmos com fé e determinação estes tempos desafiantes.

Evocando sempre a interpelação de Cristo aos discípulos: “Porque temeis, homens de pouca Fé?”.

CERIMÓNIA DE INVESTIDURA DO REITOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A cerimónia de investidura do Reitor, Prof. Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz, presidida pelo Magno Chanceler, Senhor D. José da Cruz Policarpo, realizou-se no passado dia 14 de Outubro, no Auditório Cardeal Medeiros, em Lisboa

Na mesma ocasião tomaram posse, respectivamente, dos cargos de Vice-Reitora, Vice Reitor e Administradora a Doutora Maria Luísa Homem Leal de Faria Galdes Barba, Professora catedrática da Faculdade de Ciências Humanas, o Pe. Doutor Peter Damian Francis Stilwell, Professor associado da Faculdade de Teologia e a Dr^a Maria Helena Brissos Ferreira Martins de Almeida, Professora convidada da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais.

Proferidas nessa ocasião, e em jeito de resumo, destacamos as seguintes palavras do Senhor Reitor

Temos pela frente, nos próximos anos, grandes e novos desafios a vencer.

Desde logo o desafio de saber dar, aos que nos procuram, a formação de inspiração cristã que constitui a nossa razão de ser e a nossa identidade. Depois os desafios académicos, da exigência e da excelência. A Universidade corre hoje riscos na Europa de perda de exigência, pela pressão facilitadora da massificação e da apresentação de resultados quantitativos. Seguidamente, os desafios

de estreitamento das relações com a sociedade, cujas necessidades se pretende que a Universidade venha a satisfazer cada vez mais, quer em termos de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, quer em termos de formação de quadros qualificados, quer em termos de fomento cultural.

Por último, os desafios da internacionalização. Apesar das relações entre as Universidades serem hoje profundamente marcadas pela concorrência por alunos e por recursos, a necessidade de afirmação internacional da Universidade portuguesa tem vindo a abrir perspectivas e a exigir formas de cooperação, em que a Universidade Católica se tem inserido empenhadamente. A Universidade Católica Portuguesa quer continuar a servir a Igreja e o país, contribuindo para o desenvolvimento cultural e científico e para a formação humanista, de inspiração cristã, dos que a procuram. A Universidade Católica Portuguesa quer continuar a servir a Igreja e o país, contribuindo para o desenvolvimento cultural e científico e para a formação humanista, de inspiração cristã, dos que a procuram. Contamos com o apoio de todos os nossos amigos, para continuar a levantar e a erguer a bandeira que recebemos dos fundadores e que o vento adverso só ajuda a desfraldar.

PARA SEMPRE AUTORES E OBRAS

Maria Irene Lino Matos Vilar, (1930-2008)

por D. Carlos Moreira Azevedo

Faleceu no dia 12 de Maio de 2008, no Hospital S. João, no Porto, onde estava internada há mais de um mês. Autora de vasta obra de escultura, medalhística, numismática e ourivesaria, Irene Vilarnatural de Matosinhos (1930), foi licenciada pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, com 20 valores na tese de escultura, discípula de Barata Feyo e Dórdio Gomes, e bolsista do Instituto de Alta Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian, no estrangeiro.

A fragilidade do seu corpo franzino iludia quem pensava encontrar na obra de Irene Vilar medo, reflectido em tímida nostalgia. Exprime sempre temperamento enérgico e apaixonado. Irene Vilar entendeu o trabalho artístico como profissão, à qual se aplicou com entusiasmo novo, porque entendeu a arte como “combate permanente”.

Terminado o curso de Belas Artes, inicia actividade docente no ensino secundário, onde ocupa trinta anos de sua vida. As aulas nocturnas davam-lhe particular gosto. Considerava-as uma aprendizagem para a vida, ao ponto de afirmar que devia pagar para usufruir dessa vantagem. Em Maio de 1987 separou-se da Escola Secundária Clara de Resende e pode dedicar-se inteiramente à escultura.

A obra de Irene Vilar, com mais de quarenta anos de actividade, oscila entre a monumentalidade de obras de exterior, em permanente exposição ao público, e a medalha ou moeda, a circular na intimidade da colecção ou no quotidiano do bolso. Essa oscilação dá prazer à artista.

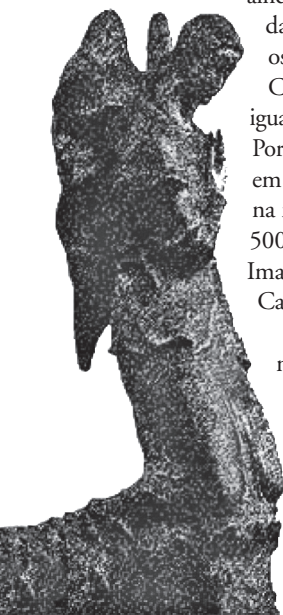
De maior monumentalidade volumétrica é a obra suspensa pela escadaria do Hotel Sheraton, no Porto (com 11 m.). Para Macau projectou, a convite do Governo de Macau (1996), a grande escultura “Abraço”, no Jardim Luís de Camões. Destina-se a celebrar a presença portuguesa, com dignidade, embora desprovida de imponência oca. Segundo palavras da autora, em entrevista a Agostinho Santos (*Jornal de Notícias*, 2019\97), pretende ser “um marco simbólico de tolerância e do convívio étnico e religioso ou do bom entendimento, ao longo de séculos, entre portugueses e chineses”.

Também de enorme volumetria é o monumento ao Pescador, com perto de 6 metros de altura, patente em Matosinhos. Podia referir-se ainda o bronze monumental, no Regimento de Artilharia, da Serra do Pilar (Gaia), ou a obra “Mundo”, para os jardins do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. De carácter monumental são igualmente as esculturas, fonte Universo para o SMAS, no Porto. Ainda se deve registar o monumento ao Bombeiro, em Paredes. Mais recentes são os trabalhos: Mensageiro, na marginal do Douro, na Cantareira; Monumento aos 500 anos do Teatro em Guimarães (2003); estátua da Imaculada Conceição para os jardins da Universidade Católica - Lisboa (2004).

A Universidade Católica conta com colaboração nestas várias tipologias: a referida estátua de Maria Imaculada e o desenho da medalha com que a UCP honra os beneméritos e os funcionários com 25 anos de serviço. Também no Pólo da Foz tem um medalhão com effigie de D. António Ferreira Gomes.

Mensageiro (2001)

Escultura instalada na margem à Foz do Douro «onde o rio se despeza da cidade e o sol é mais todo na cair da jornada»



Irene Vilar deu expressão a figuras como Camões (Av. Brasil – Porto); Florbela Espanca (Matosinhos); Fernando Pessoa interpretado uma dezena de vezes (entre estes: Durban – Africa do Sul, São Paulo – Brasil, Ixelles (Bélgica); Amadeo de Souza-Cardoso; Guilhermina Suggia (Porto) (trabalho ocasionador de maior sofrimento a conseguir executar); Cesário Verde; Antero de Quental; a Florbela Espanca e a Abel Salazar, em Matosinhos; São Miguel Arcanjo no Comando-Geral da PSP, em Lisboa; São Rosendo (Santo Tirso); Garcia da Horta, junto ao liceu na Foz do Porto; António Ferreira Gomes, Padre Américo, e o conjunto de nove esculturas na Rotunda do Cameirinho, em Penafiel. Executou vários baixo-relevos para os tribunais de Valença, Moimenta da Beira, Paços de Ferreira, Porto, Santo Tirso.

Mesmo na representação do figurativo “a escultora deposita uma deformação no campo do expressionismo, resultando num ‘desventrar de cabeças’, em formas barroquizantes e ‘acidentadas’, com uma força enérgica e possante criando um aspecto dramático à figuração”... (*Dicionário*, p. 225).

A arte religiosa conheceu expressão fecunda no início do movimento de renovação dos conceitos, patente nos anos 50 e 60 e reapareceu, com nova intensidade, quando plenamente livre, nos últimos anos, e solicitada por sucessivas encomendas.

Em obras da fase jovem trabalhou o talhe directo, na madeira. Ultimamente optou pela modelagem em barro e gesso, depois transformado pela fundição ou pelo canteiro. O bronze é a sua matéria preferida. Consegue, neste material, um domínio perfeito e dá-lhe “um cunho pessoal, quer no tratamento quer no manuseamento” (*Dicionário de escultores contemporâneos em Portugal*. Dir. Manuela Synek; Brás Queiroz. Lisboa: Estar, 1999, p. 224).

É reconhecido o seu percurso independente e de agressiva rebeldia, insatisfeita com o já realizado. Assim é definida pela crítica artística: “dentro duma independência e coerência notáveis no plano estético e artístico, a escultora realiza a obra com a preocupação permanente de atingir qualidade, tanto a nível técnico como procurando sinais marcantes de um estilo próprio e original, tentando a ligação à actualidade” (*Dicionário*, p. 224).

Participou com escultura e medalhística, nas grandes exposições realizadas em Portugal. Entre as mais recentes cumpre referir: Cristo fonte de esperança, no Porto; Mote e Transfigurações, Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), Lisboa 2000-2001; Natividade 2000, no Mosteiro dos Jerónimos; 100 anos - 100 artistas, SNBA, Lisboa. A sua obra é apresentada em duas exposições recentes: Modelar o mistério, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (2003); Do gesto ao gesso, Matosinhos (2004). Representa o País em diversos certames internacionais, nomeadamente nas Bienais de São Paulo, Paris, Colónia, Roma, Florença, Estocolmo, Londres, Helsínquia, Budapeste, Neuchâtel, Weimar, Roterdão...

Da vasta e inovadora produção no universo da expressão cristã, referimos, alguns exemplos. Beato Nuno (1960) 56 x 28 x 28 cm) em madeira, talhe directo, da Colecção da Autora. O centenário do Beato Nuno ocasionou a realização de várias iniciativas. Irene Vilar executou uma medalha, uma imagem para a Igreja dos Congregados (Porto) e esta obra. Irene Vilar executou: seis imagens para a Igreja da Senhora da Hora (1963); Coração de Jesus da Capela do Seminário Maior do Porto; Imaculada e sacrário para a Igreja - Açores.

Deu recentemente corpo a obras como: Cristo ressuscitado, igreja dos Padres Carmelitas, na Foz do Douro; São Miguel, igreja da Maia; ambão, altar e cadeira da presidência (baixo-relevos), cruz processional e castiçais: igreja do Santíssimo Sacramento, Porto; evangeliário e caixa para as âmbulas dos santos óleos, Catedral do Porto (2002); cruz processional e castiçais: Paróquia Senhora da

Conceição, Porto; sacrário, pia baptismal, cadeira da presidência e ambão, igreja de Gueifães (Maia).

Criou as insígnias episcopais (anel, cruz e báculo) para os bispos João Miranda Teixeira, Januário Torgal Ferreira e Carlos A. Moreira Azevedo. Para a celebração da ordenação deste último desenhou ainda um cálice e patena, bastante originais. Desenhou também o Anel episcopal, comemorativo do 70º aniversário do Patriarca de Lisboa, oferecido pelo presbitério do Patriarcado (26-02-2006).

A sua obra escultórica encontra-se dispersa em Portugal, Alemanha, África do Sul, Brasil, Bélgica, Holanda e Macau. Está representada em colecções particulares, tal como Santuário de Fátima e Casa de férias do General Ramalho Eanes, Prof. Maria da Glória Garcia – Lisboa (Senhora do Ó - 2002) e colecções oficiais, tais como Secretaria de Estado da Cultura, Museu Amadeo Souza-Cardoso, Biblioteca-Museu de Vila Franca de Xira, Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, Museu do Chiado, em Lisboa, Património Artístico de Matosinhos, entre outras.

Para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda executou várias moedas, destacando-se: Batalha de Ourique, D. Afonso Henriques (8.º Centenário da Morte - 1986), Amadeo Souza-Cardoso, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco, Pauliteiros, Banco de Portugal e Porto 2001, Capital Europeia da Cultura. Esta instituição dedicou-lhe, em 1986, a monografia *Irene Vilar: medalhas e bronzes*, com apresentação crítica de Joaquim Matos Chaves. Em 1991, é publicada uma obra com parte da sua criação escultórica, intitulada *Irene Vilar: quem me dirá quem sou?*, com texto de Maria da Glória Padrão (Edições ASA). No ano de 1997, por iniciativa do Governo de Macau, é publicado o livro *Abrço. Uma escultura para Macau*. A Câmara Municipal de Matosinhos edita, em 2004, *Do gesto ao gesso*, com textos de João Antunes e de Jorge Araújo.

O seu trabalho no campo da medalhística é reconhecido e apreciado pela ousadia da não convencionalidade. Assim, o definiu o crítico Joaquim Matos Chaves: “perpassa, com uma constante, ao longo de toda a sua obra um vincado teor expressionista. ... É, essencialmente, um expressionismo que exhibe uma tremenda carga existencial e onde, para além de uma dimensão psicológica, se evidencia uma profunda tensão óptica, formulada através de registos que se alicerçam num ‘pathos’ de que a radicalidade é, com frequência, exarcebada. Noutros casos mitigada. Onde os acentos são ora dramáticos, trágicos mesmo, ora líricos. E este dramatismo, como o lirismo, constata-se no modo como se resolvem os volumes, os côncavos e os convexos, os cheios e os vazios, em polaridades mais ou menos acusadas, em contrastes mais ou menos acentuados. No modo como se resolvem as texturas, seu polimento ou rugosidade, no seu acidentado. E também na assimetria das configurações e na sinuosidade ou na descontinuidade das linhas” (*Irene Vilar: Medalhas e bronzes*. Apresentação crítica de Joaquim Matos Chaves. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, p.8-9).

Entre os diversos prémios que galardoaram a sua obra destacam-se: Escultura - Vila Franca de Xira; Mestre Manuel Pereira; Bienal de Paris; Nacional de Escultura; 1º prémio da medalha oficial da Europália/91; 1º prémio medalha Grupo EDP; 1º prémio medalha Cenel/Hidrocenel (EDP). Recentemente obteve o 1º prémio (aquisição) na Exposição Santo Agostinho, Fátima, 2003, com a obra: “beleza tão nova e tão antiga”, uma cátedra que vence a heresia.

Recebeu várias distinções, como a de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, Medalha de Mérito, grau ouro, da Câmara Municipal do Porto, Cidadã do Ano 1989/90, do Lyon's Club de Matosinhos, Medalha de Mérito Dourada da Câmara Municipal de Matosinhos. O Presidente da República atribuiu-lhe, a 10 de Junho de 2008, a título póstumo, uma Comenda.

*Prof. Doutor Horácio Peixoto de Araújo
(1945-2008)*

por José Miguel Sardica

Horácio Peixoto de Araújo era natural da Vila de Prado, Concelho de Vila Verde (Braga), onde nasceu a 11 de Setembro de 1945. Iniciou a sua carreira lectiva em 1975, como docente de Língua Portuguesa na Escola Preparatória Pintor Columbano, em Almada, dois anos depois de ter obtido *Maîtrise* em Teologia no Instituto Católico de Toulouse, em França. Leccionou no Ensino Secundário durante 16 anos, até 1991, em mais de uma escola, sempre na área da Língua e Literatura Portuguesa, tendo também desempenhado diversos cargos na orientação de estágios pedagógicos e profissionalizantes e em Conselhos Directivos. Em 1983 obteve a Licenciatura em Filosofia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Entre 1987 e 1990, suspendeu funções no Ensino Secundário para ser Professor destacado no Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), onde trabalhou no apoio às áreas dos Leitorados de Língua e Cultura Portuguesa em Universidades estrangeiras, e na formação de professores de Português dos países africanos de expressão oficial portuguesa (PALOP's). Data dessa altura (1990), o primeiro de muitos trabalhos que viria a publicar, elaborado a convite da Presidência do ICALP, intitulado *Projecto África – Apoio aos Ensino do Português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*.

No Verão de 1991, o Prof. Horácio Araújo abandonou o Ensino Secundário para ingressar na Universidade Católica Portuguesa, com a categoria de Assistente com Regência, na equipa que lançou a Licenciatura em Comunicação Social e Cultural da Faculdade de Ciências Humanas, tendo assumido, desde o seu início, a programação e docência das disciplinas da sua especialidade, Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa, esta última cobrindo um arco temporal de história moderna (sécs XVI e XVII) que seria temática central da sua Dissertação de Mestrado e de grande parte das suas investigações académicas posteriores. Foi com *A Visão da China na 'Ásia Extrema' de António de Gouveia* (posteriormente publicado pela Fundação Oriente) que obteve o seu grau de Mestre, em 1993, ainda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Sete anos volvidos, em 2000, já na Universidade Católica Portuguesa, completaria o seu Doutoramento em Línguas e Cultura Portuguesa, com a defesa da Tese (igualmente dada à estampa pela Fundação Oriente) *A 'Ásia Extrema' de António de Gouveia – Edição Diplomática e Análise Histórico-Literária dos Livros II a VI do Códice 49-V-1 da Biblioteca da Ajuda* – um trabalho de beneditina minúcia paleográfica que trouxe para o conhecimento da comunidade académica um testemunho fundamental sobre o processo de missão e aculturação desenvolvido pelos Portugueses no Império da China, num tempo – o século XVII – em que era a partir de Portugal, dos seus navegadores, missionários e sinólogos que se pensava a globalização mundial nascente.

O grau de Doutor possibilitou-lhe a promoção a Professor Auxiliar nesse mesmo ano de 2005, e a Professor Associado, por concurso documental, em 2006. Durante dez anos, entre 1996 e 2006, desempenhou variadas funções académicas na Faculdade de Ciências Humanas (sempre em acumulação com a docência e coordenação de disciplinas), ao nível da Comissão Pedagógica de curso, do Conselho Científico da Faculdade ou do Conselho

Académico da Universidade. De todos os cargos que desempenhou, deve destacar-se o seu papel como Coordenador da Licenciatura em Comunicação Social e Cultural (entre 1999 e 2006), onde se tornou conhecido e estimado por todos os seus colegas pela extrema atenção prestada a professores e alunos, pelo empenho na procura de soluções diárias para o correcto desenvolvimento da Licenciatura, e pela bondade, tranquilidade e simpatia que se tornaram a sua imagem de marca nos corredores da Universidade Católica.

Colaborador da Biblioteca Nacional de Lisboa, membro da ACLUS (Associação de Cultura Lusófona), da Direcção do Instituto de Estudos Orientais da UCP (entre 2001 e 2005), e da Sociedade Científica da UCP, desde 2000, o Prof. Horácio Araújo participou em diversos júris académicos e na organização de inúmeros eventos científicos, tendo neles apresentado mais de uma dezena de comunicações, sobre Língua Portuguesa, Literatura de Viagens, Encontro de Culturas, Missionaçã, Jesuítas, Oriente, China ou Macau. Mostrou sempre uma especial predilecção e dedicação às actividades e encontros da FIUCom, o sector da Comunicação da FIUC, Federação Internacional das Universidades Católicas. Desde 1990, foi autor de uma vintena de trabalhos académicos, publicados em revistas várias da especialidade, e de livros e edições críticas de manuscritos e fontes para a história da Cultura e Língua portuguesas. Trabalhou praticamente até a doença que o minou o ter vencido. Morreu em Lisboa, a 8 de Junho de 2008, com 62 anos de idade.

O da autoria do Dr. Horácio Araújo é a poesia que se reproduz a seguir:

*“Não te sentes à beira da estrada a contemplar
os viandantes que passam
Iniciarias o tempo da solidão
com a oferenda ininterrupta dos gestos de despedida.*

*Lança antes as tuas sandálias ao caminho
e deixa que a paisagem se multiplique e renove
com as aves do nascente, do meio dia e do poente*

*Poisa os teus olhos nas coisas, canta a consistência dos seres
inspira a brisa fresca dos planaltos mas caminha.
Que o teu olhar diga: gosto do perto e do longe
gosto do vale e da montanha
gosto do ser do porvir,
gosto do silêncio e do barulho das vozes (...)*

*Não ignores as mãos estendidas nem o sonho caído
à beira da estrada*

*Transforma a coragem em objecto de partilha,
come o pão que a mãe faz passar de mão em mão
E caminha*

*Que os teus passos se orientem para a alegria
que teu olhar se alongue para além das coisas.
E que o teu desejo diga:*

*Fica connosco, Senhor
para que o nosso caminhar seja sereno e denso.”*

(27 de Maio de 1990)

CELEBRANDO CEM ANOS DO SEU NASCIMENTO EVOCAMOS VITORINO NEMÉSIO

Natal chique

*Percorro o dia, que esmorece
nas ruas cheias de rumor;
minha alma vã desaparece
na muita pressa e pouco amor.*

*Hoje é Natal. Comprei um anjo,
dos que anunciam no jornal;
mas houve um etéreo desarranjo
e o efeito em casa saiu mal.*

*Valeu-me um príncipe esfarrapado
a quem dão coroas no meio disto,
um moço doente, desanimado...
Só esse pobre me pareceu Cristo.*

(In «O Pão e a Culpa», 1955)

O revestimento de um edifício, cuja finalidade tem uma forte carga simbólica, pode caracterizar a sua função e revelar algo do seu conteúdo. Numa biblioteca, os livros evocam a compilação de conhecimentos que se encontram classificados e resguardados no interior do imóvel. A representação dos livros, como elementos simbólicos, associou-se à função estética, no caso da Biblioteca João Paulo II. Sendo o edifício uma peça arquitectónica em que predominam volumes horizontais, impunha-se que essa tendência fosse contrariada por ritmos verticais algo repetitivos.

Esculpiram-se em barro três módulos de prateleiras com livros de distintas dimensões, os quais foram moldados e fundidos em betão e integrados nas paredes em conjugações variadas. Assim se criaram continuidades descontínuas e interrupções com livros tombados, como interferências visuais nos ritmos ortogonais predominantes. A representação naturalista de livros policromados foi reservada à antecâmara de uma entrada, protegida das intempéries. A policromia e os títulos gravados ou pintados nas lombadas, remetem-nos para a identidade de cada livro como objecto fascinante, único e precioso.

Emília Nadal



Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46

Directora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Digitalização de imagem DigiCult

Paginação e Impressão sersilito

Depósito Legal N.º 74994/94